

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Mogi das Cruzes Sub-região Leste

Data: 9 de junho de 2016

Local: Escola de Governo e Gestão de Mogi das Cruzes

Rua: Antenor Leite da Cunha, 55 - Vila Nova Mogilar

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo.

- **Abertura pela Mesa.**
- **Apresentação da Emplasa.**
- **Debates.**
- **Encerramento.**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo – João Francisco Chavedar.

Diretora do Departamento de Uso e Ocupação do Solo – Patrícia dos Santos.

Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) – Audrey Rodrigues.

Emplasa

Fernanda Costa

Letícia Roberta Trombeta

Luiz Carlos de Souza

Sociedade civil – Ver lista de presença.

A Escola de Governo e Gestão de Mogi das Cruzes sediou na noite da quinta-feira, 9 de junho de 2016, a 3ª audiência municipal de mobilização do PDUI na Sub-região Leste da RMSP.

O encontro cumpriu plenamente o padrão do PDUI, com apresentação breve do Estatuto da Metrópole e de detalhes técnicos do plano regional imposto pelo mesmo a todas as regiões metropolitanas do Brasil, além dos instrumentos de participação da sociedade civil organizada criados pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA), especialmente a Plataforma Digital.

O prefeito de Mogi das Cruzes estava representado pelo secretário municipal de Planejamento e Urbanismo, João Francisco Chavedar; Fernanda Costa, assessora técnica da Emplasa; Audrey Rodrigues, representando o Condemat, e Patricia dos Santos, diretora do Departamento de Uso e Ocupação do Solo.

Apresentação da Emplasa

Fernanda Costa iniciou a apresentação elencando as diretrizes gerais definidas pelo Estatuto da Metrópole para os PDUIs das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país, seu histórico e prazos. Segundo ela, em vigor desde o ano passado, a lei federal determinou que cada uma das unidades territoriais metropolitanas aprovem seus Planos até 2018, estando previstas sanções aos agentes públicos municipais e estaduais que não cumprirem o prazo.

Em seguida, foi apresentado o vídeo institucional do PDUI, criado pela Emplasa, e a palestrante lembrou que a construção do PDUI será um processo permanente, com revisões a cada dez anos, sempre com a participação da sociedade civil.

O destaque da noite foram as áreas de interesse ambiental, entre outros temas discutidos pelos presentes, com perguntas abordadas e esclarecidas.

Fernanda prosseguiu com a apresentação, destacando:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da Instância Deliberativa para aprovação do PDUI.**

Após a apresentação da Emplasa, foi aberto espaço para perguntas.

João Francisco Chavedar conclama os representantes da sociedade civil a se organizarem para enviar propostas originais, que sejam, mais tarde, analisadas pela equipe da Emplasa. Enfatiza, também, que, caso as secretarias do município decidam enviar propostas, que as enviem a respeito das áreas sobre as quais atuam, ao menos neste primeiro movimento.

Patrícia – Anunciou a abertura dos debates.

Renata Ruiz, da Fatec Mogi das Cruzes – Aponta a precariedade dos prédios da Fatec de Mogi e apresenta alguns dados comparativos com outras escolas técnicas. Apontou problemas de mobilidade urbana e movimento pendular dos estudantes.

Fernanda – Informa que o PDUI não tratará de questões particulares de instituições específicas.

João Francisco Chavedar – Sugere que a proposta seja feita no site, com o viés do desenvolvimento econômico voltado para a formação para a indústria local. E recomenda que as questões específicas dos prédios da Fatec sejam tratadas a partir de um ponto de vista local.

Comentou, ainda, que as questões de licenciamento ambiental para as ampliações dos prédios são muito difíceis, devido ao atual estado das leis de proteção, o que é um tema do PDUI. Reiterou a sugestão de se fazer uma proposta que vincule qualificação profissional e desenvolvimento.

Maria Sanches, arquiteta – Aponta a necessidade de melhoria da rede ferroviária e a integração intermodal de transportes (rodoviário, hidroviário e ferroviário). Destaca que é preciso “cravar” na Região Metropolitana áreas ambientais integradas, de um ponto de vista metropolitano e não municipal. Sobre o macrozoneamento, observa que é preciso tomar medidas de atualização da legislação. Encerra mostrando que há necessidade de revisão no que toca ao uso do solo, para que se altere o cenário de um anel desenvolvido em torno da cidade de São Paulo, cercado por uma área periférica de baixo desenvolvimento.

Fernanda – Sugere que Maria Sanches se integre ao GT de Transporte, para poder trabalhar melhor as questões que ela própria levantou.

Letícia, geógrafa da Emplasa – Esclarece que o GT de Transportes já está discutindo as questões de transportes modais integrados e reforça o convite para Maria Sanches fazer parte. Informa, ainda, que o GT de Meio Ambiente está iniciando a discussão sobre um plano de zoneamento metropolitano.

Geraldo – Complementa a informação dizendo que há uma agenda disponível no site do PDUI-RMSP, reiterando a importância da participação dos interessados nas reuniões.

Fernanda – Acrescenta que no site há, também, o registro fotográfico e as atas das reuniões e audiências municipais de mobilização realizadas. Revela a criação do GT de Macrozoneamento, informando a data e o local da próxima reunião do grupo. Fernanda relaciona o estado atual do PDUI-RMSP com o estado das discussões dos Planos de outras regiões metropolitanas.

José Arrais – Questiona o lugar do Alto Tietê na integração da Região Metropolitana de São Paulo, afirmando que esta é diferente de todas as outras sub-regiões, uma vez que, não está totalmente conurbada com a metrópole. Também questiona se a sociedade civil está capacitada e informada para propor ideias para toda a RMSP.

João Francisco Chavedar – Afirma que os técnicos da prefeitura têm domínio sobre os assuntos metropolitanos para a construção das propostas. Aponta que a sociedade civil terá o papel de ajudar na construção das mesmas. Chama a sociedade civil para ajudar, como contraponto ao Poder Executivo e como forma de aumentar a democratização da produção de um plano metropolitano, capaz de contemplar as especificidades dos municípios. Destaca que os técnicos municipais serão plenamente capazes de intervir como mediadores especialistas.

Selmo, arquiteto e urbanista – Questiona a participação da sociedade civil, uma vez que os calendários estariam “encavalados”. Pergunta se os Grupos de Trabalho são abertos a qualquer um que queira participar, ou somente à sociedade civil organizada.

Fernanda – Explica o funcionamento dos GTs e que as propostas trabalhadas nestes grupos são enviadas para a comissão técnica. Também informa que nesta fase a sociedade civil ainda não participa.

Selmo – Confirma que a sociedade civil já pode fazer propostas na página e que esta participação é muito importante. Pergunta quando os roteiros e guias metodológicos usados para a reelaboração das propostas estarão disponíveis no site.

Fernanda – Responde que há um guia metodológico na Biblioteca do site do PDUI. Reafirma o funcionamento dos GTs. Destaca a constituição futura de um caderno preliminar de propostas, a ser levado para as oficinas com o poder público e com a sociedade civil. Informa a futura realização das audiências regionais e que o projeto de lei será o último passo desse processo.

José – Pergunta diretamente a Fernanda como será viabilizada a redução da desigualdade e se há um plano para resolver o problema do lixo.

Fernanda – Responde que haverá propostas para a questão do lixo e do meio ambiente. Afirma que o planejamento, enquanto instrumento de política urbana, tem o objetivo de tentar melhorar a vida das pessoas. Reforça que as propostas em cada área específica do PDUI podem contribuir para isso, desde as propostas de desenvolvimento econômico até políticas de transporte. Afirma que a própria transparência é um passo nessa direção, uma vez que evita que um projeto de lei seja escrito apenas por poucos técnicos e não reflita as demandas da população.

Encerramento

Para encerrar, reforçou-se que oficinas de trabalho e audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos, a fim de que se proponha à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.